



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 12 - 2017/2021**

**Data da Sessão:** 18 de Setembro de 2019

**Início da sessão:** 17:00 horas

**Términus da Sessão:** 20:30 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

**Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Otávio Eusébio Rosa, Vera Lúcia Marques da Silva, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, António Vicente Alves Reis, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luís de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, Patrícia Silva Matos

**Faltas Justificadas:** Duarte Filipe Baptista de Matos Marques

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe

**Cargo:** Assistente Técnico

## **Assembleia Municipal de Mação**

**Acta N.º 12 - 2017/2021  
28 de Setembro de 2019**

### **-----INICIO-----**

---- Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação de proposta relativa ao lançamento de Derrama.**
- 3) Discussão e votação de proposta relativa à participação variável do IRS a liquidar em 2020.**
- 4) Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de IMI para os prédios urbanos.**
- 5) Discussão e votação de proposta de redução de taxa de IMI para os agregados familiares atendendo ao número de dependentes.**
- 6) Discussão e votação de proposta relativa à devolução de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho.**
- 7) Discussão e votação de proposta relativa à devolução de IMI às Entidades Gestoras de ZIF.**
- 8) Análise do Relatório de Auditoria / ROC referente ao 1º semestre de 2019.**
- 9) Discussão e votação sobre pedido de apoio da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.**
- 10) Informação Pinhal Maior – Operação 10.2.1.6 – Renovação de aldeias. Reconhecimento de interesse para as populações ou para a economia local – Interesse Municipal.**

Nesta sessão faltou o vogal Duarte Filipe Baptista de Matos Marques que justificou a sua falta em devido tempo, tendo sido substituído pelo vogal Octávio Eusébio Rosa.

Faltou também o vogal José Fernando Martins, Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira foi substituído pela vogal Patrícia da Silva Matos.

### **-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta nº 13 – 2017/2021, referente à sessão ordinária de junho de 2019, a qual, foi aprovada por unanimidade.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

---O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção referindo que ainda existe algumas placas de sinalização que foram destruídas pelos incêndios de 2017 e ainda não foram substituídas e solicita informação sobre esta matéria. Continua a sua intervenção referindo que o Parque de Merendas e o Miradouro do Bando dos Santos são locais que estão em voga neste momento e são muito visitados pelo que solicita que a Câmara faça uma intervenção, dentro das possibilidades, no estradão que lhes dá acesso para que os mesmos tenham uma melhor acessibilidade. Questiona a Câmara sobre se existem mais atividades previstas no Programa Jovem Autarca deste ano. Termina referindo que, na Urbanização junto à residência do Sr. Pedro Jana, existe uma caixa de eletricidade, junto ao passeio, que está danificada há mais de um mês e pode criar alguma situação de perigo para quem ali passa a pé ou de bicicleta. Continua referindo que foi com satisfação que viu que se vai realizar a comemoração do Dia do Idoso e relativamente ao cartaz dessa atividade, informa que o mesmo tem um erro, o que considera que não dignifica a Câmara Municipal de Mação. Termina solicitando informação sobre se existe alguma previsão para a finalização das obras do Jardim de Penhascoso.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção solicitando informação sobre se Mação não tem Gabinete do Empreendedor ou se o Gema tem essa atribuição. Continua a sua intervenção referindo que já há algum tempo foi aberto pelo Governo um programa para parceria com as Câmaras, que visava o equipamento de um Gabinete de Dentista nos Centros de Saúde, ao qual a Câmara de Mação aderiu e solicita informação sobre ponto de situação do mesmo. Solicita informação sobre para que são as marcações que se verificam no chão das ruas, sobre as tampas dos sistemas das águas pluviais e saneamento. Solicita ao Sr. Presidente da Assembleia que diligencie junto da Câmara sobre os pedidos de informação entregues por si sobre os auxílios prestados pela Câmara para o Centro de Dia de Amêndoa, que solicitou desde 2015 e que ainda não teve resposta. Entregou na Mesa dois pedidos de informação, dirigidos à Câmara Municipal sobre “ todos os subsídios, pagamentos de trabalhos efetuados e outras receitas possíveis recebidas pela Aflomação. Pelo menos desde 2011” e “ Todos os subsídios e demais receitas vindas do Estado de diversas instituições, com destino à floresta seja para reflorestação e florestação, e, para proteção e prevenção de incêndios, incluindo veículos da Proteção Civil, desde 2003.”

Em seguida apresentou a seguinte intervenção:

““Reerguer Mação”

Frase com que o Eng. Louro recebeu a deputada Catarina Martins.

Mas ouço isso desde 1995, 2003 e mais e mais...

Vem esta reflexão sobre o estado em que a floresta maçanica se encontra. Acresce, ainda, que não creio que alguém aqui presente goste mais de Mação do que eu.

Mas também nada invalida que não tenha uma opinião crítica e que a manifeste no local certo.

Mação tinha um dos melhores sistemas de proteção contra incêndios, com sistemas inovadores e, até em antecipação às Leis, louvado e elogiado por tantos, desde ministros e secretários de estado, tanto deste, como doutros governos e também a nível local. Tinham o apoio da oposição, não invalidando que, por vicissitudes várias mas reais, ardessem, em 3 grandes incêndios, 2 em 2017 e um em 2019, cerca de 95% da área florestal do Concelho. A RTP, em espaços noticiosos do dia 17 Agosto, numa reportagem sobre “o depois em Mação” pergunta e afirma “Mação tornou-se no exemplo de fracasso no combate aos incêndios” -Telejornal 17/ 8. Foram gastos milhões em prevenção e combate e o que temos? 95% da área florestal ardida. Tudo tínhamos, desde a limpeza junto às estradas até ao MACFIRE. E este, no seu território, esteve á altura? As bocas de incêndio estavam operacionais?

Mas Ardeu. Ardeu quase todo o concelho, 95%!!! E, no meu entender, o executivo deveria, numa Assembleia e/ou numa reunião de maçaenses, deixar a forma vitimização e assumir perante eles que:

“ Falhamos na defesa do Concelho de que somos os primeiros responsáveis”.

O argumento vitimizante de que os incêndios vieram de fora não colhe, porque ainda reforça mais - “não conseguiram defender o concelho”.

As responsabilidades, pelo menos políticas, devem ser assumidas, outras não, como é óbvio.

Como se comprova pela foto de Amêndoa, do Incêndio de Julho, em que tudo o que eram aceiros e outras proteções foram ultrapassadas..., ou as imagens da RTP de 17 Agosto passado... Mas falharam todos sistemas? De nada valeu o esforço feito pelo município? Foi um cone de fogo como a Proteção Civil justificou? Mas foi naqueles dias todos? Começou num sábado e terminou na terça! Não passou por nenhum aceiro? Por nenhuma estrada protegida? As fotos da RTP e a minha dizem que sim. Será que vale a Apenas mais despesa para de nada valer? Mas parou no ardido de 2017!

Pelo que li e ouvi, as populações queixam-se que os bombeiros só aparecem após passar o fogo. Se há problemas ente a ANPC e os Bombeiros, que quero entender, o

principal prejudicado é o cidadão, neste caso o “Maçonico”. Numa guerra, os Chefes da guerra mandam avançar os aviões e é a Força Aérea que faz o serviço, sem os grandes chefes militares estarem presentes. Quem sabe de aviões não são os marinheiros. Quem sabe de fogos são os bombeiros.

Neste último incêndio, que teve início dia 20.07.2019, e estando o mesmo a evoluir negativamente, enviei uma mensagem de telemóvel, solidarizando-me com o Presidente Vasco. Poucas horas depois, verifiquei que Vasco Estrela não resistiu. Onde houvesse um microfone, de preferência com câmara TV, era vê-lo debitar palavra e mais um comentário. Vi o exagero da “politiquice” que tão bons resultados lhe deu em 2017, contudo concordei quando se queixou que “com esta Proteção Civil não vamos a lado nenhum”!. Deveria, no meu entender, criticar a parte técnica em vez de enveredar pelo lado político. Aparecem, também, nestes casos, alguns “papagaios” que abarcam tudo, são submarino /espacial especialistas, desde o fundo do mar, até ao espaço Fiquei magoado e chocado com a forma politiqueira como o Presidente Vasco se expôs. Perdeu nitidamente, ou não, as estribeiras, embalado pela conversa que em 2017 bons resultados eleitorais lhe trouxeram.

Mação nada beneficiou, antes pelo contrário, foi alvo de chacota.

Foi o exagero da politiquice.

Termino com uma pergunta muito objetiva. E mais que tudo me deixou mais irritado, zangado, envergonhado, magoado... O “Correio Da Manhã” afirmou, num artigo, que o Presidente de Mação não deixou encher alguns carros de Bombeiros nas bombas, penso que de Cardigos. É ou não mentira? Se foi mentira, como suponho, já colocou o dito jornal em Tribunal? Se foi o caso, ainda bem. Se se refugia nas faturas publicadas nas redes sociais, isso nada vale, até porque são manuais. Nada prova. O senhor viu o que se publicou nas redes sociais? É demasiado grave para que, a notícia do CM, sendo mentira, fique impune. Mação foi violentamente atacado e envergonhou-me...

Agora, olhando para o futuro, o que vão os nossos dirigentes fazer? Mais do mesmo? Como no final da reta de Mação? Vão fazer mais proteção das vias para a Proteção Civil nem sequer conhecer nem usar? Que há pensado para reflorestar? “

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção deixando uma palavra de reconhecimento ao trabalho que a Câmara Municipal de Mação fez mais uma vez este ano, ao criar condições para que alunos de vários concelhos possam prosseguir os seus estudos em Mação. Mais refere que faz esta referência pois esse trabalho, que não se resume só aos transportes escolares, mas muito aos mesmos, permite que o concelho

de Mação, neste caso o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte possa disponibilizar no 10º ano, sete cursos diferentes, o que faz com que somente dois alunos tivessem necessidade de ir estudar para fora do concelho e faz com que a Escola tenha mais alunos no 10º ano do que tinha no ano anterior no 9º ano de escolaridade. Refere ainda que, só desta forma é possível ter aqui condições para que a oferta seja de qualidade e diversificada, de forma a que os nossos alunos possam escolher o curso que querem sem necessidade de ir estudar para fora e isso não tem preço. Relativamente à intervenção do vogal António Reis, refere que muitas vezes se perdem oportunidades fantásticas de se ficar calado. Continua referindo que, politicamente o vogal António Reis não ganhou nada com a referida intervenção, considera que Mação não ganha nada com as chamadas de atenção da mesma, pois muitas das questões que levantou, sabe perfeitamente a resposta para as mesmas, pelo que a intervenção foi meramente uma questão retórica. Mais refere que é lógico que o Sr. Presidente não podia ficar calado naquele momento e tinha de afirmar a sua posição e não é por vir um Ministro dizer o que entender que o Presidente da Câmara tem de ficar calado e só quem não sabe é que pode dizer que o Presidente da Câmara não acionou o Plano Nacional de Emergência pois em Mação o mesmo está sempre acionado. Refere que a quantidade de questões levantadas na referida intervenção não lhe parecem oportunas pois Mação fez, nesta matéria aquilo que hoje é tecnicamente recomendado para todos os concelhos e coisa diferente seria se o vogal António Reis dissesse que onde não há presença humana é impossível mudar a paisagem pois o esforço da manutenção é de tal dimensão que não há ninguém que possa controlar e Mação infelizmente está a passar por isso pois onde já foram 25.000, agora são 7.000 e onde 80% se dedicavam à agricultura, agora são 1% que se dedicam à agricultura e por isso ninguém apanha pinhas ou caruma ou estevas e aí sim há um problema, mas não é obrigação da Câmara fazer o que compete aos privados. Termina referindo que, ainda por cima, numa fase de candidatura a tanta coisa nova, considera que a intervenção do vogal António Reis não foi oportuna.

---O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção questionando a Câmara sobre se a obra da estrada dos Degolados já está concluída e se estiver solicita informação sobre qual foi o critério para a construção das valetas que foram construídas e que em alguns sítios fizeram, e bem, uma plataforma de cerca de meio metro entre a valeta e a base do talude mas a mesma ficou rente e com as chuvas fortes vão atirando para a valeta terra e pedras e este problema tinha sido fácil de resolver se fosse

acrescentado um pequeno rebordo que serviria de parede de impedimento à passagem da terra para a valeta. Continua referindo que esteve em Feiteira num dia em que algumas pessoas estavam a fazer uma grelhada junto a um forno que lhe disseram ser privado mas que o proprietário estaria disponível para o doar à aldeia e a Câmara já prometeu há algum tempo que faria a recuperação do mesmo, mas ainda não o fez. Assim, considera que seria positivo que a Câmara recuperasse aquele forno pois considera que os fornos são marcos históricos e que vai permitir por as pessoas a conviver à volta do mesmo, o que é importante nestas povoações. Termina questionando sobre a questão da Barca da Amieira pois teve conhecimento que vai haver a inauguração de um equipamento naquele local e se a Câmara tem alguma coisa prevista no âmbito de questões que já foram faladas sobre aquela barca como passagem para o concelho vizinho.

---O vogal António Reis intervém para referir que fez a sua intervenção sobre os incêndios e a floresta porque não gostou de ver uma abertura de telejornal ser dito que Mação era o caso mais visível do exemplo de fracasso no combate aos incêndios. Mais refere que o concelho que estava melhor preparado é hoje o que tem maior área ardida e não levantar aqui o problema não quer dizer que o problema não exista e foi só e exclusivamente por isso que o levantou. Reconhece que foi feito muito trabalho e gasto muito dinheiro mas infelizmente o resultado foi o pior possível e escamotear isto é a pior coisa que se pode fazer e podia-se ter calado mas não foi essa a sua opção.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes.

Relativamente à questão colocada pelo vogal Daniel Jana sobre a colocação da sinalética destruída pelos incêndios de 2017, informa que toda a sinalética que falta substituir está prevista numa candidatura que foi submetida ao Fundo de Emergência Municipal, foi lançado concurso, a obra já está adjudicada e está, neste momento, no Tribunal de Contas para obter visto do mesmo e se possam iniciar as intervenções.

Em relação à caixa danificada que foi referida, informa que houve alguma dúvida sobre se a recuperação da mesma seria da responsabilidade da Câmara ou do proprietário, e parece que efetivamente a responsabilidade é da Câmara, pelo que já foram dadas indicações para tentar resolver o problema, uma vez que, realmente, aquela situação já se verifica há alguns meses e já devia estar resolvido.

No que diz respeito ao Dia do Idoso, havia efetivamente um erro mas não era no cartaz, era na ficha de inscrição. Mais informou que o novo cartaz já foi publicado ontem e é realmente mais apelativo, na linha daquilo que o vogal Daniel Jana referiu, mas aquilo

que foi publicado era a ficha de inscrição que saiu antes do cartaz, pelo que a situação está alterada, mas agradece a chamada de atenção relativa ao assunto.

Relativamente às questões do vogal António Reis, no que concerne ao Gema, refere que efetivamente, o mesmo é, como o próprio nome indica, o Gabinete Empreendedor de Mação. Em relação à questão do dentista, foi feito, há cerca de um ano, uma cerimónia pública, em Lisboa, para assinatura dos protocolos celebrados entre as Câmaras e o Governo, para esse efeito e, entretanto as coisas foram derrapando ao longo do tempo e neste momento está aberto um concurso ao qual teremos de concorrer até final deste mês, para o apetrechamento do gabinete dentista no Centro de Saúde, com um conjunto de equipamentos, para além da cadeira que lá está. Informa ainda que esta é uma candidatura conjunta que está no pacto da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a comparticipação para Mação será na ordem dos 26.000,00€. Refere ainda que a sua previsão é que, até final do ano haja condições para tudo estar praticamente resolvido nesta matéria. Relativamente às marcações que se verificam no chão das ruas, sobre as tampas dos sistemas das águas pluviais e saneamento, tem a ver com o cadastrar de tudo aquilo que são os sistemas de infraestruturas pluviais e de saneamento do concelho de Mação, no âmbito de uma candidatura que foi feita na Comunidade Intermunicipal para se ter, com instrumentos mais adequados, toda a georreferenciação de todas as caixas e de tudo aquilo que foi feito pela Câmara. Em relação ao pedido de informação sobre o equipamento em Amêndoa, informa que já tem os dados praticamente prontos, só faltando um valor, razão pela qual ainda não entrega hoje a resposta ao referido pedido de informação que o vogal António Reis fez há quatro anos, mas informa que em termos de subsídios concedidos, temos um montante de 15.841,00€ a que acresce a pavimentação do acesso, junto ao depósito do gás que lá se encontra, alguns arranjos exteriores e mais algum material que ainda não está encontrado o valor total, terá sido despendido pela Câmara um montante total que estará entre os 40.000,00€ e os 50.000,00€, ao longo destes anos. No que diz respeito ao que o vogal António Reis referiu relativamente à sua postura durante o incêndio, à gestão que fez da comunicação e de tudo aquilo que afirmou na sua intervenção, refere que, em primeiro lugar considera que aquilo que aqui disse foi um ataque pessoal a si e à sua honra, muito na linha daquilo que o Ministro Cabrita fez, estando, para si, os dois no mesmo patamar. Mais refere que, relativamente a esta questão, aquilo que tentou fazer foi relatar aquilo que se passava no terreno, quer em 2017, quer em 2019 e que, em 2017 foi validado pelo relatório da IGAI, no qual diz claramente que houve desvio



dos meios, portanto, como Presidente da Câmara, transmitiu aquilo que era a realidade e que veio a ser validado. Refere ainda que o vogal António Reis insinuou que fez isto porque tinha eleições proximamente, como se precisasse disso para ganhar as eleições. Continua referindo que o vogal António Reis considera que fez a gestão política da situação e que é importante que fique registado em acta que o membro do Partido Socialista disse isto, apesar de, conforme foi amplamente demonstrado pelo relatório da IGAI, a Câmara Municipal de Mação tinha razão naquilo que denunciou. Mais refere que, da mesma forma, denunciou desta vez que houve várias populações do concelho de Mação que estiveram abandonadas à sua sorte na freguesia de Amêndoa, da qual o referido vogal é natural e, portanto, perante estes factos, o vogal António Reis, no seu entendimento, considera que o Presidente da Câmara de Mação deveria estar mudo e calado e nada dizer sobre aquilo que estava a acontecer, as pessoas estavam indefesas, ajudadas somente pelos kit's de várias localidades, inclusive o kit da União de Freguesias, entre outros, e o Presidente da Câmara deveria dizer que estava tudo a correr bem, sob pena de dizer algo que fosse politiquice. Portanto, quer que fique claro para o vogal António Reis que, apesar de ter maioria neste órgão, sempre teve uma postura colaborativa com o PS, de tentativa de união naquilo que é essencial todos serem unidos, nunca o executivo tem usado a maioria para fazer "o que quiser", nem na Câmara, nem na Assembleia Municipal, mas há coisas que ultrapassam o razoável e aquilo que o vogal António Reis fez hoje, nesta sessão, foi realmente uma chicana de achincalhamento da sua pessoa e da postura da Câmara e não vale a pena, depois de terminar esta sessão, vir cumprimenta-lo referindo que uma coisa são as questões políticas e outra coisa são as questões pessoais porque considera que o vogal António Reis entrou num campo pessoal e não num campo político. Assim, refere que, relativamente à questão do incêndio, está consciente daquilo que disse na altura sobre o que se estava a passar e voltaria a repeti-lo sempre em situação idêntica. Outra questão levantada pelo vogal António Reis, uma vez mais no âmbito daquilo que foi tentado fazer, numa atitude covarde, pelo Ministro da Administração Interna, que esteve consigo umas horas antes de ir para a RTP chamar-lhe comentador televisivo, mas não teve coragem de lhe dizer na cara aquilo que foi pouco depois dizer para a televisão, bem como o Secretário de Estado, que agora se demitiu, que lhe mandou uma mensagem às 12,40h desse dia, informando que o Plano de Emergência Municipal da Câmara Municipal de Mação tinha sido aprovado para, passado duas horas, o Sr. Ministro poder ir para a televisão dizer que o Presidente da Câmara de Mação não ativou o Plano; e

isto foi o que se passou e é a si que chamam politiquero. Mais refere que, da mesma forma o que se passou com a questão dos combustíveis, não há hipótese nenhuma de processar o jornal pois o comandante que é referido no artigo, que até sabe de onde é, agiu sob o anonimato. Ainda sobre esta questão refere que o vogal António Reis, antes de vir para esta Assembleia achincalhar e fazer a apologia do que vem escrito no jornal, devia ter perdido um pouco de tempo e ler a diretiva dos Bombeiros que diz basicamente o seguinte: “quem é responsável pela logística, alimentação e combustível são os corpos de Bombeiros”, não é a Câmara e o Sr. que foi dizer o que vinha no jornal, fê-lo para intoxicar a opinião pública que, obviamente não tem conhecimento sobre esta matéria e depois foram uns avançados do Governo e de outros para programas de televisão achincalhar o Presidente da Câmara de Mação porque a Câmara de Mação não tem qualquer responsabilidade sobre os combustíveis, logo, o Presidente da Câmara não tem poder para deixar por ou não deixar por combustível e lê a página 39 da Diretiva dos Bombeiros que diz: “ ...o corpo de Bombeiros da área do local do incêndio providenciará o apoio logístico indispensável à sustentação das operações de combate aos meios terrestres das diversas entidades integrantes do DECIR, presentes no município ou nos municípios adjacentes; Logo que um incêndio evolua, implicando um reforço adicional de meios para além dos presentes no município e nos municípios adjacentes, o COS desencadeará o processo de envolvimento do SMPC, para apoio logístico mais diferenciado às forças de socorro e entidades técnicas que colaboram com o COS na articulação do dispositivo, de forma a garantir a sustentação das operações de combate;”

Explica que o que se passou foi que este incêndio teve sempre o Posto de Comando em Vila de Rei, provavelmente por questões políticas, e Mação não teve Posto de Comando, tendo ele próprio e o Vice – Presidente António Louro, sido completamente ostracizados nesta matéria, não tendo ido uma só vez ao Posto de Comando e tendo sido evacuadas populações da freguesia de Amêndoa sem sequer lhe ter sido dado conhecimento, por gestão política do processo para não o chamarem à decisão. Mais refere que o Posto de Comando esteve sempre em Vila de Rei e quando o problema daquele concelho ficou resolvido, cerca da meia noite de domingo, foi instalado um Posto de Comando junto ao Centro de Saúde de Cardigos e o comandante Distrital veio ter consigo e disse-lhe que iam agora por ali o Posto de Comando ao que respondeu que realmente agora era uma altura indicado, depois de tudo o que já se tinha passado e perguntou-lhe como é que ia funcionar relativamente à logística e o Comandante

respondeu que Mação ficava responsável pelos combustíveis e a alimentação vinha de Vila de Rei. Refere que alguns carros já tinham sido abastecidos nas bombas de gasolina de Cardigos, num montante de mais de 2.000,00€, entre carros da Proteção Civil, dos Bombeiros, o seu próprio carro e outros, tudo articulado com o Sr. Presidente da Junta de Cardigos e com o Vice-Presidente António Louro. Colocava-se então a questão de ter combustível no local e em conversa com os Bombeiros concordou-se que ou seria a referida bomba a fornecer ou então seria fornecido pelo João Serras. Assim, dirigiu-se ao referido posto de abastecimento de Cardigos, acompanhado pela Vereadora Margarida Lopes e pelo Chefe de Gabinete Rui Falua e foi questionado o proprietário do mesmo sobre se poderia fazer o preço igual ao que a Câmara tinha contratado e que os Bombeiros podiam utilizar e foi-lhes respondido que não era possível praticar esse preço pelo que o João Serras fez deslocar uma viatura cisterna que ficou junto ao campo de futebol, em local com boa acessibilidade para todos os intervenientes lá poderem atestar as viaturas. Questiona sobre se fosse o caso de ter tomado uma decisão de impedir as viaturas dos Bombeiros de meterem combustível, que não poderia fazer pois não é da sua competência, esse Sr. Comandante que disse isso para o jornal, se fosse um Comandante e uma pessoa séria e não um avençado do partido do Governo, não deveria ter ido imediatamente ao Posto de Comando denunciar essa situação? Teve de esperar 3 dias após tudo isso para ir comunicar para o jornal aquilo que disse, mas sob o anonimato. Questiona se tivesse feito o que ele o acusa, seria razoável que um Comandante não denunciasse a situação imediatamente? Questiona como é que o vogal António Reis, conhecendo-o como conhece, teve o descaramento de pensar que uma coisa destas podia ser verdade.

Relativamente às questões do vogal António Cardoso Lopes, no que diz respeito à estrada dos Degolados, informa que aquilo que foi feito foi o que foi tecnicamente entendido como possível ser feito pois a Câmara tinha uma candidatura, com uma determinada verba e a mesma foi efetivamente para aquilo que deu, tendo ainda a Câmara feito uma empreitada para se poder ir ainda um pouco mais além daquilo que era expectável que pudesse ter-se vindo a fazer. Em relação à estrada do Barracão para a frente, essa empreitada vai ser feita e está incluída na empreitada que está agora a concurso e também intervenções dentro da povoação de Carvoeiro, mas isso não invalida que não possamos vir a retificar algumas dessas questões pois vê-se que vai muita terra e pedras para cima do passeio.

Relativamente à questão da Barca da Amieira, colocada pelo vogal António Cardoso Lopes, informa que, em novembro do ano passado, acompanhado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Envendos e do Sr. Manuel Luís Cristovão, foi à Câmara de Nisa falar com a Sr.<sup>a</sup> Presidente do referido Município pois já se falava desta possibilidade da Câmara de Nisa instalar um sistema para a travessia naquele local. Mais informou que na referida reunião foi manifestada disponibilidade para se arranjar uma forma de travessia pois seria importante uma acessibilidade entre as duas margens e os dois concelhos e a Sr. Presidente da Câmara de Nisa disse para não nos preocuparmos muito com este assunto pois tinha já um projeto, com financiamento comunitário através do Programa Interreg, que terá um custo de cerca de 100.000,00€ e por isso iria resolver o assunto muito mais breve do que se pensava. Informou ainda que respondeu que era uma boa notícia e referiu que seria justo que as duas Câmaras suportassem, em partes iguais, o custo não financiado do projeto (15% ou 25%), tendo a Sr.<sup>a</sup> Presidente respondido que essa questão se veria posteriormente pois este era um projeto de muita importância para ela, uma vez que Nisa não tem Praias Fluviais como Mação e por isso sendo aquele o único espaço de lazer que possuem neste momento e que as coisas ficavam assim conversadas e trabalhariam em conjunto, conforme as coisas fossem avançando. Refere que o tempo foi passando e foi vendo na comunicação social e nas redes sociais um esquema daquilo que iria ser a barca, como é que as coisas se iriam processar, passado algum tempo viu um anúncio para contratação de um operador, sem saber rigorosamente nada do que se estava a passar. Deixou as coisas andar e na sessão de junho desta Assembleia falou com o Sr. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Envendos e perguntou-lhe se ele tinha conhecimento do que se estava a passar relativamente a este assunto, ao que o mesmo respondeu que não sabia de nada. Entretanto tinha visto uma fotografia, nas redes sociais, da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara de Nisa, na Barca da Amieira, acompanhada por alguns técnicos, do lado do Concelho de Mação mas pensou nada dizer pois seria a bem do concelho e questionou também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Envendos, na mesma altura, sobre se o mesmo teria conhecimento de algo feito naquele local e o mesmo desconhecia mas fez o favor de se deslocar ao local e comunicou-lhe que, efetivamente tinha sido feita uma sapata do lado do Concelho de Mação, sem que nada tenha sido informado à Câmara de Mação. Mais uma vez, através das redes sociais tem conhecimento que havia intenção da Câmara de Nisa fazer a inauguração da barca no dia 15 de setembro de 2019 e sem ter sido dado qualquer conhecimento

deste facto ao Presidente da Câmara de Mação. Entretanto, a meio da semana passada recebeu um telefonema informando que a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara de Nisa queria falar consigo, e ao mesmo tempo foi enviado por fax, uma Declaração de Concordância da Câmara de Mação para a mesma autorizar que aquela infraestrutura funcione entre as duas margens pois a mesma era necessária para a APA licenciar a referida infraestrutura, o que fez e depois levou à Câmara, que ratificou o seu acto. Depois falou com a colega de Nisa que o informou estar tudo pronto mas que não foi inaugurado no dia 15 de setembro por causa da burocracia do processo e que tudo estava orientado, não sendo necessário a Câmara de Mação contribuir com nenhuma verba e que, na inauguração viria busca-lo ao lado do concelho de Mação, a banda de Nisa iria tocar na infraestrutura, no meio da passagem e que enviaria o convite formal entretanto. Mais refere que, relativamente a esta questão foi tudo o que se passou e, apesar de já ter visto nas redes sociais que a inauguração terá lugar no dia 22 de setembro de 2019, mas até hoje, dia 18 de setembro, não recebeu qualquer convite e não pode convidar os membros da Assembleia pois a festa não é nossa e ainda não sabe se irá estar presente no evento, ou não. Em relação à sapata construída na Barca da Amieira, o proprietário do terreno onde a mesma se encontra solicitou informação à Câmara sobre o assunto, tendo sido explicado ao munícipe pelo Sr. Vereador Vasco Marques e por si próprio que a Câmara de Mação nada teve a ver com aquela construção nem da mesma teve conhecimento. Termina referindo que cada um dos presentes fará a sua análise do que se passou, e da forma como as coisas foram tratadas entre duas Câmaras, não tenciona levantar nenhuma polémica institucional mas regista a postura e aforma como as coisas foram feitas mas considera que o importante é que a infraestrutura se faça e que a travessia fique a acontecer pois é bom para os dois concelhos e a sua principal intenção é não criar obstáculos mas não pode deixar de sentir o que foi feito em relação a este município.

--- O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana e do estradão do Bando dos Santos, efetivamente a ambição da Câmara é chegar o dia em que aquele estradão seja pavimentado desde o dia em que foi feito o miradouro mas pensa que compreendem que lhe custaria fazer isso enquanto ainda temos aldeias no nosso concelho onde só agora se está lá a chegar com a dignificação das suas ruas. Relativamente ao forno mencionado pelo vogal António Cardoso Lopes, refere que a promessa de o recuperar foi feita em agosto de 2018. Mais refere que no nosso concelho não há tradição dos fornos comunitários, havia

fornos de uso comum, mas eram de propriedade privada e muitos deles ficaram perdidos na via pública, outros ficam num cantinho que acaba por ser mais espaço público que outra coisa e a Câmara tem vindo a ajudar na sua recuperação para mantermos o património e se manter também essa memória e o forno mencionado é um dos que justifica recuperar e por bonito e por isso o compromisso mantém-se.

Relativamente à obra de requalificação do jardim de Penhascoso, informa que a referida obra teve algum atraso porque a Câmara foi ambiciosa e quis fazer bem feito, e fazer com pedras de granito em vez daquele lancil barato de cimento que se costuma utilizar, pois aquele é um espaço nobre no centro do Penhascoso. Assim foi necessário mandar fazer o material que vai lá ser colocado e as primeiras pedras chegaram há poucos dias e já estão a ser montadas à volta da fonte e espera que a finalização da obra seja para breve e que a mesma fique digna e como o Penhascoso merece.

Relativamente à questão dos fogos, refere que está num momento em que nem sabe o que dizer mas considerando que este foi um grande incêndio considera importante contar a história do mesmo. Assim, refere que o fogo começou cerca das 14,30h e logo dez minutos depois do fogo ter começado, saiu da casa e foi ver o fogo, que na realidade eram dois fogos no limite do concelho de Vila de Rei e da Sertã, junto da fronteira dos dois concelhos, com o vento a empurra-los para nós e, logo de imediato avisou o Sr. Presidente e também o nosso Comandante Distrital, alertando-o para o facto de que, sendo Vila de Rei o topo do Distrito, tendo a Sertã de ser a primeira ajuda a Vila de Rei mas que tinha um fogo no seu concelho e não podia ir, a restante ajuda que viria de Proença e Oleiros, encontrava primeiro o fogo da Sertã e as ajudas do Distrito de Castelo Branco iriam ficar presas e não chegariam a Vila de Rei, o que ia fazer que Vila de Rei só com os seus carros de combate não teria condições para tomar conta do fogo. Alertou a Comandante Distrital de Santarém para que, com o cenário que era visível, o fogo entraria em Mação por volta das 20 horas, ou seja, seis horas antes, alertou o nosso Comandante Distrital que o fogo estava extremamente perigoso e que dentro de seis horas entraria no Distrito de Santarém e no nosso concelho e pediu-lhe para juntar os meios que tivesse e viessem ajudar Vila de Rei para ver se se conseguia segurar o fogo senão ele iria entrar no nosso concelho. Mais informa que a Câmara de Mação não ficou parada, começou a mobilizar as suas duas buldózers, foi imediatamente alugada a buldózer do António Oliveira, foi alugada a zorra do Fernando Clarinha que montou dois postos de abastecimento para viaturas de alta potência e ainda o fogo estava a seis horas de Mação, já tinha 3 buldózers no terreno e ainda foi

alugar mais 3 a uma empresa de Ourém que as tinha em Lisboa, foi carrega-las e quando chegaram a Cardigos o fogo tinha entrado 300 metros no nosso concelho. Refere a antecedência que foi necessário ter para ir buscar buldózeres a Lisboa e elas chegarem ao mesmo tempo que o fogo, a Mação. Para além disto, foi montado o Macfire em Cardigos, com todo o pessoal da Proteção Civil Municipal, com quatro horas de antecedência, foi chamada a viatura do gasóleo e estavam envolvidas cerca de 20 funcionários da Câmara e algumas horas antes do fogo chegar a Mação já a Câmara não tinha mais nada para por no terreno. Quando o fogo chegou, diga-se em abono da verdade, e de quem o tentou combater, aquelas primeiras seis horas foram de uma violência brutal, o fogo não deixou uma caruma num pinheiro nem uma folha num eucalipto, vinha com tal intensidade que secava as folhas e queimava tudo e mal entrou no nosso concelho, já estava a fazer projeções de três quilómetros, pois vinha com uma violência incrível. Mais refere que, com este cenário, a preocupação do dispositivo foi ir para o pé das casas e tentar proteger as pessoas pois a intensidade e velocidade do fogo eram avassaladoras e o mesmo chegou a várias aldeias num ápice. Refere ainda que, durante as primeiras 24 horas ninguém chamou o Sr. Presidente nem ninguém ao Posto de Comando e foi a primeira vez, nos últimos vinte anos que não foi pedido, num grande incêndio no nosso concelho, ajuda à Câmara de Mação para que tratassem da logística e, passadas sete ou oito horas, já que ninguém dizia nada, fomos perguntar como é que era a logística e foi-nos respondido, pelas 22 horas, para não nos preocuparmos pois a logística estava tratada e que a alimentação vinha toda de Vila de Rei. Mais refere que, a seguir colocou-se o problema do abastecimento de gasóleo e mais uma vez nos foi dito para não nos preocuparmos pois o abastecimento das viaturas estava assegurado em Vila de Rei, ao que respondeu se fazia sentido um carro de Bombeiros. que estivesse a combater o fogo em Cardigos e necessitasse de gasóleo, andar 20 quilómetros até Vila de Rei, procurar as bombas, encher o depósito e voltar a fazer 20 quilómetros para voltar a vir combater o fogo a Cardigos. Continua referindo que ali ficaram, a fazer o seu melhor, não tendo sido nunca chamados aos Posto de Comando, ninguém pediu ajuda para nada, nem da cartografia que tínhamos disponível na viatura estacionada junto ao cemitério, o Sr. Comandante Distrital passou por lá 3 ou 4 vezes, com o qual conversaram sobre as dificuldades que estavam a acontecer e que pediu desculpa pelos atrasos na logística. A primeira vez que as 20 pessoas que ali estavam desde as 15 horas, comeram pela primeira vez cerca das 4 horas da manhã quando o António Martins lá passou e percebeu que as pessoas não tinham comido

nada e pegou em cerca de 30 papossecos e numa embalagem de chouriço fatiado e lhes deu para comerem, o que lhe agradeceu quase com as lágrimas nos olhos porque não tinham comido nada até essa hora e ninguém lhes tinha trazido nada. Cerca das 22 horas foi solicitado que arranjassem uma associação e duas pessoas para ajudar a servir as refeições, foi ter com os Galitos, que disponibilizaram as instalações e arranjam duas senhoras que foram para a associação e esperaram até à meia noite e como nada se passou foram para casa, tendo sido fechada a associação pela uma hora da manhã e tendo chegado a comida pelas 7 horas da manhã. Refere que o que considera triste e lamentável é que um município que tem 6 buldozeres no terreno antes do fogo chegar, tem o dispositivo da Proteção Civil e o Macfire montados horas antes do fogo chegar, vem o Sr. Ministro da Administração Interna e diz que Mação não ativou o Plano e realmente não ativou porque ativar o Plano é assumir que se está perante um facto grave e chamar todos a ajudar, que foi feito. Considera lamentável que tenha sido feita uma manobra de baixa política e que o Sr. Ministro da Administração Interna se tenha deixado instrumentalizar desse ponto de vista. Considera que Mação não merecia e as pessoas de Mação não mereciam. O que Mação fez para evitar o que aconteceu foi ir a toda a zona desde o limite do concelho até à primeira estrada alcatroada limpar todos os estradões florestais porque sabíamos que o risco de acontecer o que aconteceu era perigosíssimo, foram limpos todos os estradões na área ardida desde o fogo de julho de 2017 até ao outro que veio de Alvaiázere, criando tipo uma muralha de estradões limpos e depois, na área verde entre os dois fogos foram limpas as faixas em todas as estradas alcatroadas e a Câmara fê-lo apesar de ter uma candidatura metida há quase dois anos à espera de decisão para fazer esse trabalho, não esteve à espera dessa candidatura e fez o trabalho com as máquinas da Câmara e com contratação de empreiteiros privados e, percebendo a urgência e o risco enorme disto acontecer naquele local, e garante que não havia no país 6.000 hectares mais bem preparados para evitar que aquilo acontecesse mas, como disse na sessão de junho desta Assembleia e está plasmado em acta :

“ Referiu ainda que, se há coisa que tem repetido ao longo dos anos, é que nada disto resolve o problema dos fogos, nem faixas, nem kits, nem Macfire resolvem o problema dos fogos e nunca, nestes 16 anos, alguém o ouviu dizer que estamos seguros, que podemos estar tranquilos, antes pelo contrário, sempre afirmou que estas medidas são meros paliativos, nada disto resolve o problema de fundo. Sempre disse que a única coisa que resolve é mudar a paisagem. Se não formos capazes de retirar o excesso de



biomassa e diminuir o risco, estes meios não são suficientes e o combate não vai nunca resolver o problema dos grandes fogos florestais.”

Pede ao vogal António Reis que leia de novo a sua intervenção e pede à Assembleia que permita se não o quiser entregar pois considera que a mesma não é digna do vogal António Reis que tem aqui vindo a conhecer ao longo dos últimos 16 anos, há uma instrumentalização política que não lhe parece correta e considera que lhe deve ser dada a possibilidade de, na próxima reunião confirmar se quer que as palavras que proferiu fiquem associadas ao seu nome na acta desta sessão porque considera que não são o que pensa e não está correto.

Termina referindo que há 16 anos que o concelho de Mação anda a dizer ao Estado que estas ferramentas não funcionam, não resultam, Mação fez tudo o que estava ao seu alcance e depois de 16 anos a pedir ao Estado algo diferente, finalmente, depois desta tragédia toda, e agradecendo ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, moveram-se vontades no sentido de fazer um projeto piloto e estamos neste momento com um grande desafio que é tentar propor um projeto piloto para sairmos daqui e destes anos todos, o maior desafio está para começar agora e é o momento em que o Partido Socialista também tem de fazer uma reflexão sobre o que quer fazer para o futuro, se quer aproveitar um bocadinho a chicana política e os interesses de deixar um bocadinho mal o Vasco e o Louro para tentar defender a cor política ou se quer assumir a responsabilidade de estarmos aqui efetivamente todos para defender o Concelho de Mação e as suas gentes e lutar para que isto não acabe a curto prazo. Da sua parte, refere que não anda a dormir bem mas não é por causa dos incêndios que passaram pois em relação a esses, diz a qualquer pessoa neste país, olhos nos olhos, que tem a sua consciência completamente tranquila, tanto no esforço que fez nos dias do fogo como nos 16 anos anteriores para que ele não acontecesse. Mas há uma coisa que o assusta, é que se, daqui para a frente, se queremos salvar o Concelho de Mação e se queremos ter aqui um concelho com alguma dinâmica, está a começar nos próximos dias um grande desafio, que é sabermos utilizar esta boa vontade política que existe neste momento por parte do Governo, no sentido de fazermos aqui alguma coisa de verdadeiramente forte e inovadora e que permita dar a volta a isto. Termina referindo que vem aí um tempo difícil e espera poder contar com o PS de Mação.

---O Sr. Presidente volta a intervir para referir, ainda em resposta à intervenção do vogal António Reis sobre o incêndio, que aquilo que foi transmitido por si, foram situações que

não são passíveis de serem desmentidas porque são factuais, as aldeias estiveram indefesas, o Sr. Ministro da Administração Interna vai dizer para a televisão que o Presidente da Câmara de Mação, em vez de colaborar com o esforço da Proteção Civil, está a ser comentador televisivo. Questiona se uma Câmara que tem de levar à reunião de Câmara um pedido de autorização de pagamento de mais de 60.000 euros só de máquinas que operaram no incêndio, não é uma Câmara que está ao lado das pessoas e que faz tudo para defender o Concelho de Mação. Questiona se foi realmente o politiquero nesta questão quando até tiveram o Plano de Emergência Municipal de Mação seis meses para aprovação e vão comunicar que o mesmo foi aprovado ao meio dia de terça feira, horas antes do Ministro ir à televisão dizer o que disse. Considera que estas atitudes não são de gente séria mas sim se alguém que está a politizar as questões e a ser indigno dos cargos que ocupa.

--- A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Margarida Lopes intervém para informar que, relativamente à questão colocada sobre o Programa Jovem Autarca de Mação, para além das atividades que já foram desenvolvidas, tendo a última sido o Dia da Juventude, há outras que foram propostas mas ainda não foram aprovadas em reunião de Câmara sobretudo por causa da questão das férias escolares e com as entradas na Universidade. Existem mais propostas mas terão de ser presentes em reunião de Câmara para deliberação.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que, relativamente à questão da Barca da Amieira e da Câmara de Nisa, considera que é uma situação grave pois cometeu uma falha institucional de comunicação e informação que a Câmara de Mação deve salientar e deve reclamar junto da Câmara de Nisa. Relativamente à construção da sapata de betão, considera que não se pode fazer qualquer estrutura sem que a mesma esteja aprovada. Mais refere que o concelho de Mação tem cadastro pelo que seria muito fácil a qualquer técnico fazer uma georreferenciação do cadastro e ver que aquela sapata ia ser instalada numa determinada parcela e por isso houve invasão de propriedade. Considera que há uma falta grave de comunicação institucional e ainda uma falta de invasão de propriedade e considera que a Câmara de Mação deve fazer sentir junto da Câmara de Nisa institucionalmente este desagrado. Considera ainda que, em relação à estrutura que foi montada e que permite a passagem entre as margens e entre os concelhos, a Câmara de Mação deve responder de forma positiva e proactiva, requalificando a margem do nosso lado e até fazer ali um espaço de memória como já propôs em sessão anterior desta Assembleia.

---O vogal António Reis intervém para referir que, relativamente à questão do gasóleo, gostou de ouvir o Sr. Presidente mas considera pouco relevante para si pois o que lhe interessa é a veracidade da notícia, não é muito importante saber se os Bombeiros estavam sediados aqui ou ali, é importante mas não para esta questão. O que lhe interessa saber é se o que vem na notícia do jornal é verdade ou mentira.

---O Sr. Presidente volta a intervir para responder ao vogal António Reis que a notícia do Correio da Manhã mencionada, da forma como está escrita, é mentira. Até por uma razão simples, que é o facto de não ter poder para proibir ou deixar de proibir isso. É uma responsabilidade dos Bombeiros, conforme consta da Diretiva que já mencionou anteriormente. Mais refere que não vai agir contra o jornal em questão pois a fonte é anónima e o jornalista, em Tribunal, não é obrigado a revelar a fonte, conforme todos sabem. Mais refere que o que lamenta nesta questão e o magoa é acharem que pode ser verdade que tenha proibido os carros de bombeiros de meterem combustível. Refere ainda que se estivesse no lugar do vogal António Reis seria incapaz de fazer esta pergunta porque o conhece e tem a certeza que o mesmo não era capaz de o fazer. Considera que uma pessoa que goste minimamente do concelho era incapaz de impedir que um carro de bombeiros metesse gasóleo, com o concelho a arder. Mais refere que a pessoa que falou para o jornal não o deveria ter feito escondendo-se no anonimato e deveria ter tido a coragem de dizer o mesmo com o seu nome exposto. Considera que quem está a fazer politiquice e chicana com esta questão é o vogal António Reis com esta matéria e está a tentar achincalhar o seu nome pessoal e por isso afirma que há a partir de agora há uma distinção de águas, em termos pessoais entre os dois pois considera que o que o vogal António Reis aqui fez foi uma ofensa pessoal ao Vasco Estrela e ao Presidente da Câmara que são a mesma pessoa e por isso a partir deste momento, cumprimentos entre os dois, somente institucionais.

---O vogal João Filipe inicia a sua intervenção referindo que tudo isto que está a acontecer é uma surpresa para si. Mais refere que, como líder da bancada do PS nesta Assembleia, quer deixar aqui muito claro que, em relação à intervenção do Sr. Vereador António Louro que, no que diz respeito às medidas que venham a ser tomadas no sentido de beneficiarem a paisagem do concelho em geral, que não duvide do apoio da bancada do PS para essas medidas e inclusive, se assim o entenderem, para pensar sobre a matéria e apoiar na execução das mesmas.

---O vogal José António Almeida intervém para referir que o vogal António Reis foi infeliz na forma e no conteúdo da sua intervenção e solicita que seja plasmada em acta, na íntegra, a referida intervenção.

---O vogal António Reis apresentou a seguinte declaração de voto:

#### “DECLARAÇÃO DE VOTO

A anexar às declarações do PAOD de 18 de Setembro 2019:

1 - O Meu protesto sobre a duração das respostas da CMM durante o PAOD. No meu entender o Sr. Presidente bem como o Sr. Vice-Presidente excederam tudo o que é razoável na resposta a uma declaração minha, sobre a problemática dos incêndios, que durou pouco mais de três minutos. Usaram sensivelmente mais de meia hora cada um. Um hora !!! É muito!!

2 - O Regimento parece preparado para estas situações dando um certo “jeito” ao não prever limitação de tempos de uso da palavra, por parte da CMM, como se lê nos Artigos 43 e 44. Se o Sr. Presidente da CM quiser, pode usar o tempo que entender. E confrangedor nesta situação foi a passividade da Mesa ao não ter tentado minimizar o excesso. Qualquer semelhança com uma Assembleia democrática parecia uma miragem. Mais de uma hora contra pouco mais de 3 minutos.

3 - Não devia poder ser assim. Outros regimentos (Proença a Nova, Abrantes, Torres Novas, Ferreira do Zêzere , Sardoal ) prevêm tempos para as respostas no PAOD e não só. A pequena revisão ainda não votada do regimento em vigor sobre este aspecto dos tempos, que aguarda apreciação poderia colocar algum equilíbrio nesta disparidade do uso da palavra.

4 – O Chefe da bancada do PSD pediu formalmente para que as minhas declarações fossem transcritas integralmente, o que concordo, e espero que o mesmo se faça com as dos elementos da CM acima mencionados, mas na dúvida é de realçar o teor das declarações do Sr. Presidente que numa tirada de fino recorte e sensibilidade democrática diz que “ ....não quero mais relações pessoais consigo, mantendo as institucionais...”, magnifico ! E porquê esta resposta intolerante? Simplesmente alguém teve a ousadia de tratar o assunto tabu, incêndios, duma maneira diferente da linguagem oficial

5 – Lamentar a forma pouco transparente como é feita a transmissão quase em directo do órgão comunicação MEDIOTEJO, que depois de alertado ainda no decorrer da sessão fui confirmar e transcrevo – A. Reis faz uma declaração de fundo sobre

incêndios. Depois segue-se a quase transcrição palavra por palavra dos que responderam à minha intervenção. Equitativo? Democrático? Informação? “

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à sua informação, o Sr. Presidente da Câmara deixou o convite a todos os presentes para participarem no Encontro de Maçaenses que se vai realizar em Lisboa no próximo dia 12 de outubro. Informou que está praticamente concluído o projeto de requalificação das piscinas municipais descobertas, que é intenção do executivo levar a efeito durante o próximo inverno. Mais informou que está em execução o projeto de requalificação das margens do Rio Tejo, no âmbito de uma candidatura submetida pela CIMT, em conjunto com vários municípios e que vai também implicar algumas remodelações na Praia Fluvial de Ortiga. Mais informou que, relativamente ao processo que a Câmara intentou contra o Estado e no qual teve ganho parcial de causa, o Estado entendeu recorrer. Terminou entregando à bancada do Partido Socialista resposta a dois pedidos de informação que tinham sido solicitados pela referida bancada.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação de proposta relativa ao lançamento de Derrama.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“- Lançamento de 1,5% sobre o lucro tributável a sujeitos passivos que não têm sede social no Concelho de Mação, nos termos do artigo 18º n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.”

Mais informou que esta proposta é igual à do ano passado e que rendeu à Câmara uma receita de cerca de 60.000,00€ e que é aplicada aos sujeitos passivos que não têm sede

social no Concelho de Mação, com o intuito de proteger os nossos empresários e que têm cá a sua sede social.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que, na sua opinião, considera que as empresas com sede social no Concelho de Mação, que tenham lucros significativos e que usufruem das infraestruturas que o município lhe deu para gerar esse lucro, também deveriam pagar derrama pois se o seu lucro foi gerado no nosso concelho, seria lógico que também deveriam contribuir para as finanças do município.

Considera que a Câmara deveria elaborar uma listagem das empresas com sede social no concelho de Mação das quais se tivesse noção dos lucros que auferem para posteriormente se decidir um montante a partir do qual essas empresas pagassem derrama, até num âmbito de justiça social.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação de proposta relativa à participação variável do IRS a liquidar em 2020.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“Fixar em 3,0% a participação variável no IRS a liquidar em 2020, com referência aos rendimentos dos Municípios do ano de 2019.”

Continuou a sua intervenção referindo que, no ano passado esta participação variável no IRS foi de 3,5% e a receita do mesmo para o Município de Mação terá uma redução de cerca de 20.000,00€. Termina referindo que esta é uma pequena diminuição que não trará grandes reflexos no orçamento municipal e nas pessoas também não terá grandes reflexos mas, em qualquer dos casos é um sinal e é um valor, por muito pequeno que seja, de que a Câmara está a prescindir.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de IMI para os prédios urbanos.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por maioria em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“ Fixar em 0,30% a taxa do IMI para os prédios urbanos em 2019, nos termos do artigo 112 nº1 c) do CIMI.”

--- O Sr. Presidente refere que esta é a taxa mínima, sem a minoração que vigorou durante alguns anos, tem um impacto nas contas da Câmara de cerca de 80.000,00€ que é um valor com algum significado que dá jeito à Câmara e que, dividido por todos não representa um esforço que não possa ser comportável pelo que a proposta da Câmara é que apliquemos a taxa mínima de 0,3%.

---O vogal António Cardoso Lopes refere que, nesta questão da taxa de IMI, é entendimento da bancada do Partido Socialista que poderia haver algum alívio desta carga fiscal através da minoração, como se fez durante alguns anos. Continua referindo que os eleitos do Partido Socialista entendem que poderia haver esse alívio, como anteriormente ou poderia ser aplicada esta taxa de 0,3% se esta verba fosse aplicada em medidas de fixação de casais jovens com medidas, por exemplo de apoio nas rendas de casa. Por outro lado, refere que não se compreende porque é que a Urbanização dos Atoleiros ainda não passou para urbano e feita uma pequena simulação verificaram que esse facto implica uma diferença de cerca de 6.000,00€ que a Câmara não recebe. Termina referindo que a bancada do PS considera que a Câmara poderia manter a minoração que teve no último ano em que adotou esta prerrogativa.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com nove votos contra e uma abstenção.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação de proposta de redução de taxa de IMI para os agregados familiares atendendo ao número de dependentes.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte, conforme já tinha referido na discussão do ponto anterior:

“Fixar a seguinte redução no IMI, nos termos do artigo 112º- A do CIMI para agregados familiares, atendendo o número de dependentes:

- 1 dependente, dedução fixa de 20€;
- 2 dependentes, dedução fixa de 40€;

- 3 ou mais dependentes, dedução fixa de 70€.”

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de proposta relativa à devolução de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“O Presidente da Câmara Municipal de Mação e Vereadores em regime de permanência propõem:

- Devolver o montante pago de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação;

Mais se propõe que esta proposta seja remetida à Assembleia Municipal para deliberação.”

---O Sr. Presidente informou que a Câmara está aqui a traduzir um apoio às associações do concelho, tendo em conta aquilo que é a prerrogativa legal que a Câmara tem de apoiar o associativismo. Mais informou que o que acontece é que as associações pagam o IMI, que posteriormente é devolvido a estas associações que prestam um trabalho extraordinário no nosso concelho das mais variadas formas.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de proposta relativa à devolução de IMI às Entidades Gestoras de ZIF.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“O Presidente da Câmara Municipal de Mação e Vereadores em regime de permanência, Vasco Marques e Margarida Lopes, propõem:

- Devolver, em dobro, o montante pago de IMI às Entidades Gestoras de ZIF.”



Mais se propõe que esta proposta seja remetida à Assembleia Municipal para deliberação.”

--- O Sr. Presidente refere que esta proposta é simbólica para sublinhar e reforçar a aposta do município em torno do que é a política florestal e até ao dia de hoje não foi devolvido qualquer valor às entidades gestoras de ZIF, pelo que é uma decisão sem efeitos práticos, que, no fundo, é para sublinhar o empenho deste município na questão da floresta.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **8) Análise do Relatório de Auditoria / ROC referente ao 1º semestre de 2018.**

--- O Sr. Presidente intervém para referir que considera que este relatório reflete que ainda há trabalho para fazer, importante, longo, de forma a evitar que algumas recomendações que aqui vêm e que não é a primeira vez, voltem a vir. Mais refere que todos, enquanto município, temos de trabalhar para colmatar falhas ainda existentes. Refere ainda que no referido relatório é reconhecido que tem sido feito um trabalho sistemático de melhoria, estando hoje as coisas, felizmente bem melhores do que estavam há uns anos atrás. Termina referindo que, outro ponto importante do relatório é a constatação da saúde financeira que a Câmara Municipal de Mação tem e que nos permite encarar o futuro com alguma tranquilidade apesar dos inúmeros problemas e constrangimentos que temos e investimentos que vamos ter pela frente nos próximos anos.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que, neste relatório se verificam algumas melhorias e outras coisas que se mantém e que será preciso continuar a trabalhar nas mesmas. Continua fazendo referência à página 25 do relatório na qual é recomendado que seja aplicado o Regulamento de Apoio às Associações na atribuição de subsídios e questiona sobre o critério da Câmara para a atribuição dos subsídios, e dá alguns exemplos de casos de subsídios atribuídos que viu nas actas da Câmara.

---O vogal João Filipe refere que se verifica que algumas coisas têm vindo a melhorar e, nessa linha volta a lembrar as recomendações do ROC, para que as mesmas sejam levadas em conta e considera que, como esta é uma avaliação parcial, no final do ano,

estas pequenas coisas estejam já corrigidas, pois verifica-se que, de irregular não há nada e isso é importante.

--- O vogal António Cardoso Lopes refere que quem passou pela Administração Pública e teve alguma envolvimento na apreciação das coisas, percebe que as instituições não se conseguem modificar de um dia para o outro, leva muito tempo e é evidente que isso acontece em todo o lado, no entanto, neste caso, e havendo necessidade de alterar algumas coisas, as mesmas são muito menos do que anteriormente.

---O Sr. Presidente intervém para, relativamente à questão do vogal António Reis, informar que o que o ROC lhe disse foi que, das Câmaras onde é Revisor Oficial, esta é claramente a Câmara em que, em termos percentuais, há uma maior transferência de verbas para as associações e que a Câmara devia ter os devidos cuidados relativamente a esta matéria porque se presta a algumas questões que podem ser pouco perceptíveis ao cidadão comum. Mais informa que a Câmara tem um Regulamento de Apoio às Associações, basicamente define a atividade regular, no âmbito do qual a Câmara distribui anualmente cerca de 50.000,00€ por todas as associações e, para além disso são dados apoios para investimentos, obras e eventos fora da atividade regular e existe ainda outra situação que é tratar diferentes associações que são diferentes, nomeadamente ADM, Filarmónica, “Os Maçaenses” pois têm outro tipo de atividades um pouco diferentes. Relativamente à questão do vogal António Reis, refere que pensa que estaria a referir-se à Associação de Chão de Lopes e o que se passou foi que essa associação fez um esforço financeiro grande para adquirir um terreno para construir aquele edificado e no mandato anterior foi pedido um apoio à Câmara para ajuda na aquisição do terreno e a Câmara apoiou e agora fizeram novo pedido de apoio para a construção e o que foi deliberado foi ser mais comedidos em virtude do subsídio que tinha sido atribuído para a aquisição do terreno e por isso não foi aplicado o habitual apoio de 50%, tendo sido deliberado um pouco menos pois tinham recebido um subsídio significativo há pouco tempo. Mais refere que o Sr. Vereador Nuno Barreta, e bem, tem por hábito fazer a recomendação nas declarações de voto que faz, no sentido de a Câmara fiscalizar e verificar se os subsídios dados são efetivamente gastos naquilo para que são solicitados. Os subsídios atribuídos pela atividade regular são atribuídos com base no relatório de atividades que é apresentado, o outro tipo de apoios que é concedido para compra de equipamento ou obras era mais complicado e daí ter pedido aos serviços que fossem verificar por todo o concelho, desde o início do mandato, todas as obras e aquisição de equipamentos que a Câmara apoiou, o valor e se efetivamente

foi gasto precisamente para que haja um filtro e tenhamos a certeza que as coisas foram feitas e felizmente o trabalho está feito, com registo fotográfico e tudo foi confirmado. Assim, se alguém vier questionar poderá ser devidamente informado, com registo fotográfico.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação sobre pedido de apoio da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a Câmara recebeu um ofício da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, no qual informava sobre a necessidade de efetuar ampliação do cemitério de Penhascoso, obra que já tinha sido iniciada durante o ano de 2018, com recurso a fundos próprios e que tinha um custo estimado da obra é de 70 mil euros, tendo já executado cerca de 30 mil euros e solicitava apoio para a referida obra.

Mais informou que a Câmara deliberou apoiar com o montante de 5.500,00€ (cinco mil e quinhentos euros), que foi o valor estimado para a pintura dos muros exteriores, que falta fazer e é o valor que propõe à Assembleia. Mais informou que este apoio será complementado com um esforço financeiro da Câmara, com o asfaltamento de toda a área envolvente do cemitério.

---O vogal Daniel Jana intervém para referir que este projeto de ampliação deste cemitério era um projeto antigo e que é hoje quase uma realidade, não se tendo tratado de uma opção política mas sim de uma necessidade clara daquela freguesia e serve as sete aldeias da freguesia de Penhascoso. Mais refere que a bancada do PS votará favoravelmente a atribuição deste apoio e apesar desta votação considera que o apoio foi um pouco reduzido e gostaria que a Câmara pudesse voltar a ponderar e acrescentasse um pouco mais a este apoio para esta obra que era tão necessária nesta freguesia.

---O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que estes pedidos deviam vir mais fundamentados e a Câmara depois poderia validar ou não. Considera que deveria ter sido acompanhado de mapas de medições e descrição do que se está a pedir de forma a justificar os 70.000,00€ que é dado como custo da obra, apesar de compreender as dificuldades que algumas vezes existem. Por outro lado refere que há dificuldade em compreender o que foi considerado como valorização da obra e o montante que foi atribuído e saber se com esse valor há alguma equidade relativamente a situações

anteriores e era isso que gostaria de ver aferido em documentação quando a mesma lhes é entregue.

--- O Sr. Presidente intervém para referir que considera que a União de Freguesias fez muito bem em avançar com esta obra e provável mente quando o fizeram contavam ter meios para o fazer pois se achassem que necessitavam da ajuda da Câmara tinham vindo conversar com a Câmara antes de começar a obras. Assim, partindo do princípio que tinham possibilidade de fazer a obra, todo o apoio que venha é demais a mais e não há razão para o vogal Daniel Jana considerar pouco. Mais refere que, no que diz respeito à equidade, mencionada pelo vogal António Cardoso Lopes, há aqui uma questão de base que tem a ver com questões de decisão política pois esta União de Freguesias é a única que não tem relacionamento com a Câmara naquilo que é a limpeza das ruas e que todos os outros têm e, partindo do princípio e dando como boas as propostas que a União de Freguesias fez à Câmara sobre o valor que considerava justo e que gastou nos anos anteriores com a limpeza das ruas, deixando de o gastar pois já não faz esse serviço, presume que não haverá assim uma necessidade tão grande de os ajudar pois deixaram de ter estes gastos significativos. Assim, o que foi feito foi ajudar mas tendo em consideração esta equidade com as outras Juntas que com a Câmara colaboram e que têm gastos que esta Junta, objetivamente não tem. Mais refere que este foi o apoio que a Câmara entendeu dar mas não fecha a porta a nada mas a tal equidade também passou muito por isto que acabou de dizer.

---O vogal Daniel Jana intervém para referir que ouviu com atenção a intervenção do Sr. Presidente, que disse ter sido uma decisão política, mas esta obra foi uma necessidade real pois já só tinham disponíveis três covais no fim do ano passado e por isso foi necessário avançar para a obra. Mais refere que este apoio não inviabilizava a obra, mas gostariam de poder concluí-la o mais rapidamente possível, mas, apesar de tudo, no espaço de 15 dias já será possível sepultar alguém nos novos covais.

--- O Sr. Presidente refere que não se quer imiscuir nas decisões da União de Freguesias mas como freguês da mesma pode-se questionar que, se esta obra era assim tão urgente, então teria sido a primeira coisa a fazer de todas, mas não foi isso que foi feito, foram feitas outras coisas antes, com toda a legitimidade e até com o apoio da Câmara mas que efetivamente foram feitas antes por opção. No entanto concorda que a questão do cemitério é uma necessidade e que esta questão é crítica também noutras freguesias e que, mais dia menos dia também terão de ser apoiados para fazerem obras.

--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, não tendo votado neste ponto os vogais Daniel Jana, Patrícia Matos e Carla Loureiro por serem parte interessada no assunto deliberado.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: **10) Informação Pinhal Maior – Operação 10.2.1.6 – Renovação de aldeias. Reconhecimento de interesse para as populações ou para a economia local – Interesse Municipal.**

--- O Sr. Presidente informou que vai abrir um período de candidaturas onde poderá haver a chamada “Renovação de Aldeias” e aquilo que é necessário, se a Assembleia Municipal assim o entender, é que a mesma reconheça que há interesse municipal em que haja “Renovação de Aldeias”. Mais refere que, neste momento ainda não tem informação muito detalhada para dar mas o que é necessário é reconhecer interesse municipal neste projeto. Refere ainda que fica o compromisso de prestar toda a informação e as contas inerentes a este projeto, que poderá trazer para Mação cerca de 60.000,00€ para uma obra que ainda não está definida mas sobre a qual, quando for decidida, será dada toda a informação nesta Assembleia.

---O vogal António Cardoso Lopes questiona sobre quem será o gestor do projeto.

---O Sr. Presidente informou que o gestor do projeto será a Câmara.

---A vogal Carla Loureiro questiona se um particular pode ser promotor do projeto.

---O Sr. Presidente informa que o que está no Aviso de abertura não prevê para particulares mas poderá ser, eventualmente por associações.

A Assembleia Municipal de Mação deliberou por unanimidade reconhecer de interesse municipal o projeto “Renovação de Aldeias”.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----